



07 DE JUNHO DE 2016

Terça-feira

- BRASIL PASSA EUROPA E SE TORNA LÍDER EM EMPRESAS JUNIORES
- SETOR DO ALUMÍNIO LEVARÁ PLEITOS AO GOVERNO FEDERAL
- FUTURO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA ESTÁ SENDO TESTADO EM LUGAR SECRETO
- EMPRESAS BRASILEIRAS ENTRAM NO RADAR DA JUSTIÇA AMERICANA
- EMPRESAS ESPANHOLAS MANTÊM CONFIANÇA NO BRASIL APESAR DA RECESSÃO
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS CAI AO NÍVEL DE 2004 ATÉ MAIO
- VENDAS DEVEM FICAR EM 2 MILHÕES DE VEÍCULOS EM 2016
- FIEP E TNC FIRMAM PARCERIA PARA ENVOLVER SETOR INDUSTRIAL NA CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
- PARANÁ TERÁ DIAGNÓSTICO DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NAS INDÚSTRIAS
- CAMINHÕES MANTÊM QUEDA ACIMA DE 30%
- DÓLAR VOLTA A FICAR ABAIXO DE R\$ 3,50 COM CENÁRIO EXTERNO, MAS BOLSA RECUA
- POUPANÇA TEM SAQUE DE R\$ 6,592 BILHÕES EM MAIO
- TRIBUNAL DE CONTAS JULGA DIRETORES DA COPEL POR PREJUÍZO DE R\$ 46,6 MILHÕES
- VENDAS DE IMPORTADORES DA ABEIFA CAEM 44,5%
- SEGURO DESEMPREGO TEM NOVA REGRA PARA ANÁLISE DE RECURSOS
- CESTA BÁSICA DE CURITIBA TEM A SEGUNDA MAIOR ALTA DO PAÍS
- NOVAS REGRAS PARA O SUPERSIMPLES DEVEM SER DISCUTIDAS COM GOVERNADORES
- MÉDIA DIÁRIA DE EXPORTAÇÕES CAI 13,9% NA PRIMEIRA SEMANA DE JUNHO
- ANFAVEA PREVÊ QUE MODERFROTA TERÁ BOA DEMANDA COM ALTA DO PREÇO DAS COMMODITIES
- PREÇOS DO AÇO E DO MINÉRIO DE FERRO AMPLIAM GANHOS NA CHINA
- MONTADORAS CONTINUAM VENDENDO AIRBAGS DEFEITUOSOS, DIZ RELATÓRIO
- HSBC REESTRUTURA BANCO DE INVESTIMENTO PARA CORTAR CUSTOS

- LEI OBRIGA BANCOS A EMITIR RECIBO DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS EM 10 DIAS ÚTEIS
- EMPRESAS INVESTEM MAIS EM MINERAÇÃO
- EXPORTAÇÕES DE BAUXITA E ALUMINA GARANTEM SUPERÁVIT

CÂMBIO		
EM 07/06/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,459	3,459
Euro	3,925	3,926

Fonte: BACEN

Brasil passa Europa e se torna líder em empresas juniores

07/06/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

O Brasil se tornou líder mundial em número de empresas juniores, superando a quantidade de negócios tocados por estudantes de universidades em toda a Europa.

Em 2015, foram computadas 311 empresas distribuídas por universidades brasileiras, enquanto o continente europeu, onde o movimento surgiu na década de 1960, possui 296 iniciativas operando nos mesmos moldes.

Os dados são do Censo e Identidade da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, a Brasil Júnior, lançado anualmente e divulgado pela Folha com exclusividade.

O setor faturou cerca de R\$ 10 milhões no ano passado, quase o dobro dos R\$ 5,7 milhões registrados em 2014. O número de negócios saltou de 222 para 311 no período.

Foram ouvidas 237 empresas e 3.385 empresários juniores no país. As empresas juniores são associações sem fins lucrativos e os estudantes vinculados são voluntários.

A liderança brasileira explica-se por uma deficiência das universidades brasileiras, que não oferecem cursos de empreendedorismo, como acontece nas norte-americanas, segundo Pedro Rio Verde, presidente da Brasil Júnior.

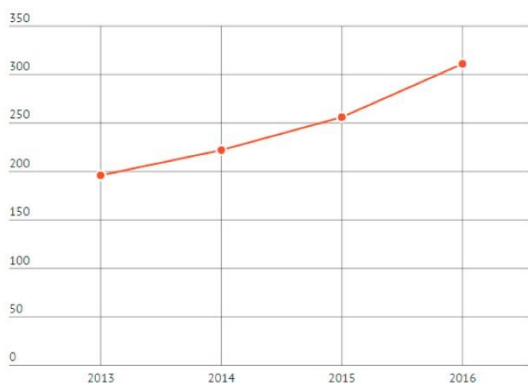
"Lá é muito forte. No Brasil, não temos isso. Então as empresas juniores complementam uma ausência de ensino na prática."

A pesquisa revela que a maior fatia das empresas juniores brasileiras (40%) é ligada aos cursos de engenharia. "A iniciativa nasceu no Brasil na área de administração, mas, com o passar do tempo, houve um boom das engenharias", diz Rio Verde. Por serem desenvolvidos por estudantes, os serviços chegam ao mercado com custo mais baixo e competitivo.

É em busca do crescimento que 60% dos entrevistados ingressaram numa empresa júnior. É o caso de Joice Toyota, 31, que entrou para o projeto da engenharia elétrica da USP no primeiro ano do curso.

"Foi o lugar onde mais aprendi na prática sobre a profissão", diz Joice, cofundadora do Vetor Brasil, organização que oferece trainees para o setor público.

Evolução



● Número de empresas juniores



R\$ 10 milhões

foi o faturamento das empresas juniores em 2015



11 mil

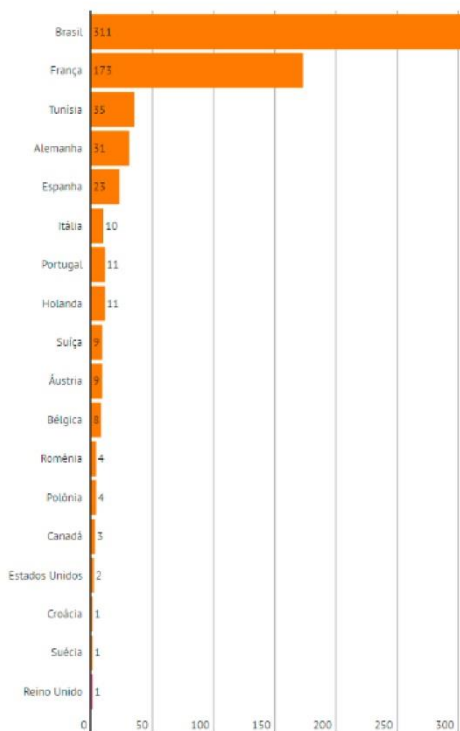
jovens empresários



287 universidades

possuem empresas juniores no Brasil

Empresas Juniores pelo mundo



Fonte: Brasil Junior e Jade (European Confederation of Junior Enterprises)

Setor do alumínio levará pleitos ao governo federal

07/06/2016 - Fonte: DCI



Representantes da indústria do alumínio prometem levar uma proposta de política industrial do setor para o governo federal com o intuito de elevar a competitividade da cadeia produtiva.

"Nosso objetivo é garantir um ambiente com condições para que as empresas possam investir no longo prazo", afirmou nesta terça-feira (07) o presidente do Conselho da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Alberto Fabrini, durante abertura do 7º Congresso Internacional do Alumínio, em São Paulo.

O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Comércio Exterior e Serviços, Fernando Magalhães Furlan, também se comprometeu a auxiliar o setor a recuperar competitividade.

"Temos grandes desafios pela frente para encontrar soluções à indústria do alumínio, que sofre com a falta de condições para produzir o metal primário e passou a importar

boa parte do que consome internamente", destacou Furlan durante o congresso.

Ele acrescentou o potencial do País no segmento da mineração. "O Brasil tem a terceira maior reserva de bauxita do mundo, porém fechou operações de alumínio primário e hoje só tem duas na ativa", lamentou.

Futuro da indústria automobilística está sendo testado em lugar secreto

07/06/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



Aqui em Ann Arbor, uma cidade universitária 65 quilômetros a oeste de Detroit, por trás de painéis pretos afixados a uma cerca metálica de 2,5 metros de altura, o futuro da indústria automobilística está sendo determinado em um ambiente secreto.

A cerca protege um centro de testes chamado Mcity —uma área de 13 hectares montada para replicar uma cidade qualquer dos Estados Unidos, com ruas e cruzamentos simulados. Dentro da área existem 13 tipos diferentes de semáforos, fachadas de lojas, sinais de trânsito, parquímetros e um túnel. Em breve, será criada uma interseção ferroviária.

O Mcity é um dos cerca de meia dúzia de campos de teste para veículos autoguiados em atividade no planeta, agora que as montadoras de automóveis e companhias de tecnologia estão envolvidas em uma quente disputa pela criação e aperfeiçoamento do carro autoguiado perfeito —e para impedir que os concorrentes saibam exatamente como isso está sendo realizado.

Mas embora tenham conquistado grandes avanços nas tecnologias que permitem que carros encontrem seu caminho sem ajuda humana, essas empresas agora enfrentam um desafio ainda mais complexo: como tomar essa tecnologia, altamente promissora, e fazer com que carros apresentem desempenho impecável em um mundo imprevisível.

Tanto as montadoras de automóveis quanto as autoridades regulatórias têm décadas de experiência quanto a tornar veículos mais seguros em colisões, mas meios e métodos de validar a confiabilidade e a segurança dos carros autoguiados ainda não foram inventados.

"Quando já não há um ser humano cuidando das tarefas sensórias e decisórias, o carro precisa ser impecável", disse John Maddox, diretor assistente do Centro de Transformação da Mobilidade, na Universidade do Michigan.

Os executivos do Mcity citam as empresas que usam o centro —Ford, General Motors, Honda, Toyota, Nissan e os fabricantes de autopeças Bosch e Delphi, entre outros poucos—, mas não acrescentam muitos outros detalhes. Demonstrações, para o público ou a mídia, são raras.

Afinal, o Mcity é um lugar que funciona por tentativa e erro, distante do olhar do público, em uma indústria na qual erros podem destruir reputações.

Em uma recente tarde ensolarada, uma lacuna nos painéis de proteção permitia ver um sedã Lincoln MKZ preto, com sensores montados na capota e dois engenheiros

ocupando os assentos da frente. O carro estava avançando cautelosamente na direção de um cruzamento, e logo freou, antes de fazer uma conversão à direita, usando o pisca-pisca, é claro. O carro preto depois seguiu seu caminho pelo centro artificial de uma cidade.

Momentos mais tarde, um Lincoln MSK branco passou em linha reta a cerca de 40 km/h, e fez uma curva aberta para a esquerda, atravessando a área central da cidade. Mais tarde, os dois carros pararam lado a lado sob uma placa de trânsito verde, que sinalizava uma saída inexistente para a rodovia I-96, na direção de Lansing.

Lá, os ocupantes saíram para examinar os sensores montados sobre as capotas. Depois de uma longa pausa, os dois carros repetiram o mesmo percurso, de modo lento e deliberado —muito mais devagar do que os carros que percorrem as vias públicas em torno do centro de teste.

O teste está sendo conduzido com o maior cuidado porque o número de desafios imprevistos que surgem nas ruas é quase ilimitado —um galho de árvore caído, uma rua de superfície congelada, motoristas imprudentes, uma criança pequena atravessando a pista.

"Existem questões verdadeiras e significativas sobre a segurança das novas tecnologias", disse Mark Rosenkind, administrador da Administração Nacional de Segurança do Tráfego Rodoviário dos Estados Unidos, em uma reunião na Califórnia em 27 de abril. "O velho modelo de contar a quilometragem percorrida e o número de acidentes e lesões não é suficiente".

Este mês, a agência de segurança rodoviária norte-americana, que tem autoridade limitada para regulamentar a prática de testes com veículos autoguiados em vias públicas, ofereceu aprovação cautelosa a diversas empresas para o início de testes em vias públicas.

Mas o setor não está parado esperando.

Além do complexo Mcity, a Universidade de Michigan é parceira de um projeto para um centro de testes muito maior a cerca de 16 quilômetros de distância, na vizinha cidade de Ypsilanti.

O complexo levará o nome American Center for Mobility e abará 135 hectares que no passado eram parte da fábrica da GM em Willow Run, que durante a Segunda Guerra Mundial foi uma famosa linha de montagem de bombardeiros. Maddox foi apontado para dirigir o projeto.

Ao contrário do Mcity, o novo complexo, de maior porte, terá trechos longos nos quais os carros autoguiados poderão ser testados em velocidade real de uso, e com uma variedade de cruzamentos complexos. As vias já existentes no local incluem pontes e viadutos.

A Ford tem interesse em usar a nova instalação em Willow Run, disse Randy Visintainer, diretor de desenvolvimento de veículos autoguiados na Ford. "É algo que provavelmente teríamos de criar, caso não existisse", ele disse.

Na Califórnia, uma antiga base militar foi transformada em campo de teste de 840 hectares, com o nome de GoMentum Station, e é lá que a Honda vem testando sua tecnologia para carros autoguiados. O local conta com cerca de 32 quilômetros de estradas pavimentadas e edificações que podem oferecer um ambiente urbano.

Também é um local seguro no qual as montadoras podem testar carros sigilosamente. Perto de Blacksburg, na Virgínia, a Universidade Virginia Tech criou um campo de testes que incorpora uma porção fechada e trechos de vias públicas.

O desafio, segundo o que dizem todos os envolvidos, é imenso.

Este ano, um executivo da Apple refletiu sobre o quanto seria difícil para um carro sem motorista distinguir entre um carrinho de supermercado e um carrinho de bebê. A Delphi reportou que os sistemas em que está trabalhando às vezes enfrentam dificuldades para ler semáforos. O problema? O brilho do pôr do sol.

"A realidade é que ter um carro de quase duas toneladas no mesmo espaço que uma pessoa de 90 quilos exige saber que o veículo reagirá da maneira desejada em todas as ocasiões", disse Maddox. "E a validação disso vai exigir muitos testes".

A pista de testes de Willow Run deve contar com um centro de engenharia, no qual Maddox espera que as montadoras e as autoridades regulatórias trabalhem juntas para desenvolver novos métodos de teste.

Até agora, a maioria dos testes de veículos autoguiados aconteceram em vias públicas. O Google afirma que seus carros já dirigiram quase 2,5 milhões de quilômetros nos testes que a empresa conduz perto de sua sede em Mountain View, Califórnia.

Nos últimos meses, a empresa expandiu seu programa de testes a Kirkland, no Estado de Washington; Austin, Texas; e Phoenix, Arizona. Todas as demais empresas acumularam quilometragem de testes muito menor.

Maddox suspeita que isso seja apenas uma pequena fração dos testes que precisarão ser realizados. Em média, ele aponta, acontece um acidente fatal a cada 160 milhões de quilômetros dirigidos nas vias norte-americanas. "Ainda estamos bem distantes de ter a experiência necessária".

Um estudo recente da RAND concluiu que os veículos autoguiados podem ter de ser testados durante centenas de milhões, ou mesmo bilhões, de quilômetros para propiciar um grau de certeza estatisticamente suficiente.

Além disso, os testes de rua muitas vezes ficam aquém do necessário. Se um carro autoguiado não reage corretamente no mundo real —se, por exemplo, a sombra de um edifício o leva a frear repentinamente —a situação não pode ser recriada e repetida para identificar a questão e ajustar os sensores do carro, disse Huei Peng, professor de engenharia e diretor do Centro de Transformação da Mobilidade da Universidade do Michigan.

"Temos de ver como esses veículos interagem com aquilo que os cerca e necessitamos de testes confiáveis e repetíveis, para isso", ele disse.

E colisões ocorrem. Os carros do Google, até setembro do ano passado, registravam 16 colisões, todas por erro humano, informou a empresa então. Em relatório às autoridades regulatórias da Califórnia, o Google revelou que motoristas humanos tiveram de assumir o controle de seus carros de teste em 341 ocasiões, em um período de 14 meses em 2014 e 2015, o que inclui 13 incidentes nos quais o carro teria colidido sem a intervenção do motorista.

O Google e a Fiat Chrysler estão trabalhando juntos para testar uma frota de 100 minivans autoguiadas nas vias do Michigan e outros Estados, até o final deste ano. O Google está criando um centro de engenharia em Novi, Michigan, para equipar as minivans com tecnologia de direção autônoma.

No mesmo período, a Ford planeja expandir sua frota para 30 protótipos autoguiados, ante os atuais 10. A GM e sua parceira, a Lyft, operadora de serviços online de carros, esperam ter uma frota de táxis sem motorista pronta para testes em um ano.

07/06/2016 - Fonte: O Estado de S. Paulo



Investigações deixam companhias nacionais na mira dos investidores estrangeiros e da legislação externa

Conforme as operações Lava Jato e Zelotes avançam no País, seus desdobramentos ultrapassam as fronteiras brasileiras e colocam uma dupla pressão sobre as empresas nacionais. As companhias ficam na mira dos órgãos regulatórios de outros países.

Já os investidores estrangeiros se unem em grupos para entrar com ações coletivas na Justiça. Os exemplos mais recentes são os casos da Eletrobrás e do banco Bradesco, mas outras companhias passaram por situações parecidas, como a Petrobrás, a Gerdau e a OAS.

Ter operações ou captar recursos no exterior tem se tornado mais simples e, por isso, as companhias ganham mais obrigações a seguir. "O mundo virou do tamanho de uma bola de gude.

Uma empresa que atua em escala global precisa se proteger não apenas com o que pode acontecer com elas no Brasil, mas também em outras partes do mundo", aponta o advogado José Ricardo de Bastos Martins, sócio do escritório Peixoto & Cury Advogados.

A Eletrobrás corre o risco de ser excluída da Bolsa de Nova York (NYSE) e teve a negociação de seus papéis suspensa por não ter entregue no prazo seu balanço auditado de 2014, conforme exige a agência reguladora do mercado financeiro dos Estados Unidos, a SEC.

A companhia alega que, apesar dos esforços de investigação interna, a dificuldade de acesso a informações da Operação Lava Jato impediu que a empresa avaliasse a "eventual ocorrência de impactos sobre suas demonstrações financeiras."

O caso da estatal ainda deve ter um longo percurso pela frente, na avaliação do professor da Fundação Getúlio Vargas Hsia Sheng. "Ela já ficou no radar da Justiça americana, mas a verdade é que ninguém manda demonstração financeira para auditores em cima da hora. Nesse caso, mais do que transparência, é preciso organização".

Outro fator importante é que os Estados Unidos vivem um cenário jurídico mais consolidado no combate à corrupção. Criada em 1977, a Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), legislação norte-americana que trata dos atos de corrupção, é referência em todo o mundo e já está mais amadurecida do que a lei brasileira, regulamentada só em 2014.

Tal contexto pode, de acordo com Martins, levar as companhias brasileiras a desenvolver melhor suas ferramentas de compliance. "Numa investigação americana

é muito mais natural que as coisas caminhem mais rápido”, explica. Além disso, o advogado lembra que uma empresa global pode descobrir uma bomba-relógio em suas mãos caso não assuma uma política de governança corporativa antes de qualquer denúncia.

“Após uma punição em um país, a empresa vai precisar contratar auditorias em todos os lugares onde tem operações.”

Além do combate aos atos ilícitos, há quem acredite que o maior rigor das autoridades estrangeiras também esteja ligada a uma questão de disputa de mercado. Jorge Nemr, advogado sócio do escritório Leite, Tosto e Barros, explica que as empresas envolvidas em escândalos de corrupção acabam tendo vantagens competitivas em relação às demais. “A legislação vem para quebrar isso”, diz.

Para Nemr, a operação Zelotes pode ter impacto ainda maior no exterior por envolver diferentes setores do mercado. “É uma forma do setor privado estrangeiro colocar as autoridades do país para trabalhar para eles”, acredita o advogado.

Por isso, não adotar estruturas de fiscalização é perder competitividade. “Se não andar de acordo com as normas locais e internacionais, você não vai conseguir competir e sobreviver”, aponta Nemr.

Empresas espanholas mantêm confiança no Brasil apesar da recessão

07/06/2016 - Fonte: UOL.com

As empresas espanholas confiam na recuperação da economia brasileira, apesar da grave recessão do país e a sua crise política, destacaram nesta segunda-feira no Rio de Janeiro os participantes de um encontro de representantes de companhias da Espanha no Brasil.

"Acredito que já começamos a ver elementos positivos na economia do Brasil, no âmbito do comércio exterior, no âmbito da inflação, no âmbito da confiança dos agentes econômicos", disse o embaixador da Espanha no Brasil, Manuel de la Cámara, diante de 140 empresários espanhóis.

Os empresários espanhóis "sabem que o Brasil está passando por um momento de dificuldade, mas confiam em que isso vai ser superado. E têm projetos de longo prazo. Já vemos indicadores de melhoria e as empresas espanholas seguem apostando no país", disse por sua parte Carolina Carvalho, diretora-executiva da Câmara de Comércio Espanhola no Brasil, a organizadora do encontro.

A reunião aconteceu uma semana depois de o governo brasileiro reconhecer que a recessão econômica do país completou dois anos e que no primeiro trimestre de 2016 a economia sofreu uma contração de 5,4% frente ao mesmo período de 2015.

O Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 3,8% no ano passado e os economistas preveem para 2016 uma contração do mesmo tamanho. Se tal previsão se confirmar, será a primeira vez que o Brasil encadeará dois anos consecutivos de crescimento negativo desde a crise de 1930.

O encontro de empresários espanhóis no Brasil ocorreu também três semanas depois que o vice-presidente Michel Temer assumiu como presidente interino no lugar de Dilma Rousseff, afastada do cargo pelo Senado durante o período que durar o processo de impeachment.

Até agora, Temer anunciou várias medidas para ajustar as contas públicas, um dos maiores desafios do país, a fim de recuperar a confiança dos empresários e investidores, e impulsionar o crescimento econômico.

"Como embaixador da Espanha estou seguindo muito de perto a evolução no Brasil e acredito que a equipe econômica que foi montada em Brasília é uma equipe muito profissional, tem ideias muito claras e vamos ver se podemos avançar e recuperar o crescimento econômico, que é o que todos esperamos", disse De la Cámara.

O diplomata acrescentou que se reuniu com alguns membros do novo governo para explicar-lhes que a Espanha é "um investidor que vai permanecer aqui por muitos anos e que nossas empresas, especialmente na área de infraestrutura de transporte e de energia, estão prontas para fazer negócios e para fazer presença nos leilões de concessões que o governo pretende realizar nos próximos anos".

"Já se veem alguns sinais de melhoria e confiança. Isso é algo que se verá pouco a pouco, mas vemos como algumas ações estão sendo tomadas de forma acertada e estamos trabalhando também para apoiar às empresas no que for possível, para que entendam melhor as medidas e que vejam as oportunidades que podem surgir a partir de agora", completou Carvalho.

"Prova desse fato é que a Espanha é hoje o terceiro maior investidor direto no Brasil", acrescentou, ao lembrar que o investimento acumulado pelas empresas espanholas no país chega a cerca de US\$ 64 bilhões.

Carvalho disse que a Câmara Espanhola conta com cerca de 300 associados e, apesar ter sede em São Paulo, decidiu promover um encontro no Rio de Janeiro pelo grande número de empresas espanholas no estado e pelas oportunidades surgidas com os Jogos Olímpicos.

"O objetivo deste encontro é oferecer aos empresários espanhóis estabelecidos no Brasil, neste caso no Rio, uma oportunidade de relação tanto com as autoridades espanholas como com as autoridades do governo do Rio de Janeiro", ressaltou.

Carvalho acrescentou que a Câmara quer reforçar sua presença no Rio por tratar-se da segunda maior economia estadual do país.

Segundo o embaixador, assim como ocorreu em Barcelona em 1992, quando os Jogos permitiram uma reforma na cidade e atraíram investimentos em infraestrutura, as Olimpíadas de 2016 também ofereceram oportunidades para transformar o Rio de Janeiro, com investimentos e novas construções, assim como para "aumentar a confiança".

Produção de veículos cai ao nível de 2004 até maio

07/06/2016 - Fonte: Automotive Business



A produção de veículos segue em níveis alarmantes: de janeiro a maio, a indústria brasileira entregou pouco mais de 834 mil unidades, entre leves e pesados, volume que fez com que o setor registrasse o pior nível desde 2004, de acordo com balanço da Anfavea divulgado na segunda-feira, 6.

O resultado, segundo a entidade das montadoras, também representa queda de 24,3% sobre o apurado em igual acumulado de 2015, quando as linhas montaram um total de 1,10 milhão de unidades.

“Embora a produção tenha crescido 3,2% na passagem de abril para maio [213,8 mil unidades], temos algumas preocupações: além da queda no acumulado, também houve retração de 18% na comparação com maio do ano passado.

Caminhões e ônibus estão com níveis da década de 1990 e este é um fator de preocupação”, afirma Antonio Megale, presidente da Anfavea durante coletiva de apresentação dos resultados do setor realizada em São Paulo.

“A produção não está sendo compensada pelas exportações”, acrescenta Luiz Carlos Gomes de Moraes, vice-presidente da Anfavea que responde pelo segmento de veículos comerciais pesados: “Caminhão depende de PIB e não vemos agora nenhum fator que estimule uma retomada”, completou.

Com este resultado, a Anfavea revisou as projeções para 2016 revertendo a previsão positiva para negativa. Agora a entidade espera que a produção nacional de veículos chegue a 2,29 milhões de unidades, incluindo automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus: se for confirmado, o volume será 5,5% menor que o total de 2015, quando a indústria produziu 2,42 milhões de unidades. Na primeira previsão para o ano apresentada ainda em janeiro, as montadoras previam um leve aumento de 0,5% na produção, para 2,44 milhões de unidades.

“Esta será a consequência dos movimentos de exportação e vendas ao mercado interno. Ainda há espaço nas exportações, como mostram as projeções [estimativa de crescimento] e com uma possível retomada do mercado interno mais para o fim do ano”, estima Megale.

Do total previsto para ser produzido este ano, a Anfavea afirma que o segmento leve terá queda de 5,7%, para 2,2 milhões de unidades, enquanto pesados terá leve retração de 1%, para 94,6 mil, entre caminhões e ônibus.

DESEMPENHO POR SEGMENTO

Os veículos leves registraram produção 24% menor no acumulado de cinco meses contra igual período do ano passado, para 800,9 mil unidades. Comerciais leves tiveram o pior resultado, com queda de 30,4% com 110,8 mil, enquanto automóveis, com 690 mil unidades, apresentaram retração de 22,8%. Segundo a Anfavea, a capacidade ociosa no segmento está acima de 50%.

Apesar disso, o segmento de pesados continua a exercer a maior influência negativa no setor automotivo: as montadoras reduziram a produção de caminhão e ônibus em 31,5% no acumulado entre janeiro e maio contra mesmo período de 2015 ao entregarem 33,1 mil unidades contra as 48,4 mil de um ano antes.

Com 25,7 mil caminhões, houve retração de 29,2%, enquanto os ônibus, com 7,4 mil unidades, registraram queda de 38,5%. A ociosidade do segmento continua acima de 70%.

ESTOQUES E EMPREGOS

Em maio, a indústria registrou 236,4 mil veículos em estoque, dos quais 162,4 mil nos concessionários e 74 mil nos pátios das fabricantes. Segundo a Anfavea, considerando o ritmo de vendas do mês passado, o estoque é equivalente a 42 dias. “Apesar da redução sobre abril [250 mil veículos] ainda é um estoque elevado. Deve haver ainda algum esforço das empresas para a redução deste estoque”, disse Megale.

O executivo se refere às medidas que as montadoras estão adotando desde o ano passado para conter a produção e manter o nível de empregos, como o PPE (Programa de Proteção ao Emprego), layoff, férias coletivas e licenças remuneradas.

Apesar disso, a indústria automotiva fechou 1,3 mil vagas em maio, reduzindo o total de empregados em 1,1% contra abril, para 128 mil. Com relação ao ano passado, houve queda de 7,4%.

Segundo a entidade, atualmente 27 mil pessoas estão afastadas de seus empregos, sendo 21 mil pelo PPE e 6 mil em layoff.

“O nível de produção é de 2004, mas o de emprego é de 2010, então há uma defasagem. Há um claro esforço por parte das empresas pela manutenção dos postos de trabalho a fim de ter mão de obra qualificada quando tivermos a retomada do mercado”, declarou Megale. “De forma pontual, três associadas anunciaram que vão contratar para atender contratos de exportação”, lembrou.

Megale declarou ainda que a Anfavea está iniciando conversas com o governo no sentido de tornar o PPE um programa perene. De acordo com a Lei nº 13.189, de novembro de 2015, o PPE se extingue em 31 de dezembro de 2017.

NOVAS PROJEÇÕES PARA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÕES

	Mil unidades	2015	2016	Variação
Produção	Total Veículos	2.429	2.296	-5,5%
	Veículos leves	2.334	2.201	-5,7%
	Veículos pesados	95,6	94,6	-1,0%
Licenciamento	Total Veículos	2.569	2.080	-19,0%
	Veículos leves	2.481	2.014	-18,8%
	Veículos pesados	88,4	66,0	-25,4%
Exportações	Total Veículos	417	507	+21,5%
	Veículos leves	389	478	+23,0%
	Veículos pesados	28,3	28,6	+1,0%

Obs: não inclui CKD

Vendas devem ficar em 2 milhões de veículos em 2016

07/06/2016 - Fonte: Automotive Business



Demorou, mas a Anfavea, associação dos fabricantes de veículos, não escapou de revisar as projeções para 2016. A entidade reduziu a expectativa de vendas para 2,08 milhões de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. O palpite anterior era de que o mercado interno alcançaria 2,44 milhões de unidades. “Aguardamos o cenário ficar mais estável para rever as expectativas, com mais previsibilidade política e econômica”, destaca Antonio Megale, presidente da Anfavea desde abril.

O executivo acredita que a mudança de governo por si só já deve trazer melhora na confiança do consumidor. “Precisamos agora buscar estabilidade, com regras claras que garantam visão de pelo menos um ano. Assim as empresas podem programar seus investimentos”, diz, destacando a necessidade de detalhar mudanças nas condições de crédito e na legislação para a indústria.

A Anfavea se prepara para apresentar os números e a situação do setor automotivo para o governo interino. “Teremos reuniões nas próximas semanas para mostrar o

cenário de forma aprofundada”, conta. Entrará na pauta da conversa a continuidade do Inovar-Auto, que termina em 2017. O presidente da Anfavea diz que a entidade prioriza três pilares no programa: incentivo à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, metas de eficiência energética e reforço à cadeia produtiva. “Com a crise, os fornecedores ficaram ainda mais fragilizados”, avalia.

QUEDA É MAIOR DE JANEIRO A MAIO

O patamar de vendas precisará melhorar nos próximos meses para que a expectativa da associação se cumpra. Nos primeiros cinco meses de 2016 a entidade aponta que a média diária de vendas variou entre 7 e 8 mil emplacamentos/dia. A previsão é de que este número suba para 8,5 mil veículos/dia até o fim do ano.

De janeiro a maio foram vendidos no Brasil 811,7 mil veículos, com retração de 26,6% na comparação com o mesmo intervalo de 2015.

O mercado de leves caiu 26,4%. Já a demanda por veículos comerciais encolheu mais, com baixa de 31,2% nas vendas de caminhões e de 42,8% nos negócios de ônibus, para 21,3 mil e 4,7 mil unidades, respectivamente.

Apesar da redução, a queda vem diminuindo, com sutil melhora no patamar do mercado na comparação com os meses anteriores. Os dados isolados de maio mostram que foram negociados 167,4 mil veículos no mês, resultado 2,8% melhor do que o de abril, mas 21,3% abaixo do registrado há um ano.

NOVAS PROJEÇÕES PARA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÕES

As perspectivas para produção e exportação de veículos também foram revistas pela Anfavea.

No início do ano a entidade anunciou que esperava crescimento de 0,5% na fabricação de leves e pesados, para 2,44 milhões de unidades. A projeção agora é de que a produção chegue a apenas 2,29 milhões de unidades, com queda de 5,5% sobre 2015.

A redução só não é maior porque a associação acredita que as exportações puxarão as vendas. Os negócios internacionais devem chegar a 507 mil veículos, com aumento de 21,5% sobre o resultado de 2015.

Fiep e TNC firmam parceria para envolver setor industrial na conservação de recursos hídricos

07/06/2016 - Fonte: Agência Fiep



Edson Campagnolo e Antonio Werneck assinaram a parceria entre Fiep e TNC (Foto: Gelson Bampi)

A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) vai atuar na mobilização do setor industrial para que se envolva na Coalizão Cidades pela Água. O projeto, que pretende possibilitar a melhoria da segurança hídrica da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), é desenvolvido pela The Nature Conservancy (TNC), maior organização de

conservação ambiental do mundo. Nesta segunda-feira (6), primeiro dia útil da Semana do Meio Ambiente, Fiep e TNC assinaram um convênio de colaboração técnica para a promoção de ações conjuntas com o objetivo de materializar a Coalizão na região.

O presidente da Fiep, Edson Campagnolo, destacou o fato de a entidade ser a primeira Federação de Indústrias do país a se envolver no projeto. "A Fiep tem uma grande preocupação na questão dos recursos hídricos e este convênio é um marco para nossa entidade", afirmou. "Foi uma satisfação termos sido procurados pela TNC, que é uma organização reconhecida internacionalmente e que traz sua expertise nessa área. As ações de atenção ao meio ambiente que promovemos demonstram ao setor produtivo e à sociedade o quão importante é o envolvimento de todos nessa temática", completou.

Já o diretor executivo da TNC Brasil, Antonio Werneck, disse que a parceria com a Fiep vai permitir a aproximação com as empresas do setor industrial paranaense. "A gente espera da Fiep que ela seja o condúite e o intermediário de um diálogo com o setor privado industrial no sentido de financiar e ajudar no projeto, que visa a melhoria da segurança hídrica da RMC", declarou.

Ao apresentar a Coalizão, Werneck explicou que o projeto está ancorado na utilização de conceitos de infraestrutura verde, um conjunto de ações relacionadas à conservação e recuperação de ecossistemas naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade e da regulação hidrológica.

Pelo projeto, serão identificadas áreas estratégicas próximas a mananciais que precisam ser recuperadas. "São os pontos cirúrgicos nos quais a gente tem que ter uma intervenção de restauração", afirmou. A previsão do projeto é realizar um completo mapeamento hidrológico da RMC em um prazo de cinco anos.

"Depois disso, existe um processo contínuo em que as empresas que precisam fazer suas compensações ambientais vão encontrar nesse banco de dados a destinação dos recursos para a restauração de mananciais. E a proteção dos mananciais é que gera o benefício da resiliência hídrica nas grandes regiões", disse.

O diretor executivo da TNC ressaltou ainda que a Coalizão pretende sensibilizar as empresas sobre a necessidade do envolvimento das corporações na preservação dos recursos naturais.

"Com este projeto, damos às empresas a possibilidade de atuar de uma forma coletiva, onde vários setores, de cadeias de valores diferentes ou até mesmo competidores, se unem dentro de um mesmo esforço. É importante que as e empresas entendam que existe uma causa maior que tem que ser enfrentada", disse Werneck.

Sobre a Coalizão – Lançada no fim de 2015, a Coalizão Cidades pela Água procura unir os esforços da TNC Brasil com o setor privado na busca da ampliação da segurança hídrica de 12 regiões metropolitanas do país, incluindo Curitiba. Juntas, elas reúnem 62,6 milhões de habitantes (31% da população brasileira) e respondem por 45% do PIB nacional (R\$ 2 trilhões).

A Coalizão pretende ajudar empresas e governos a incorporar a preservação de rios e nascentes, incluindo o solo e as florestas ao redor, como uma ferramenta essencial de gestão sustentável da água.

O esforço comum parte dos princípios de que a disponibilidade de água é um elemento insubstituível para a operação das empresas e de que as companhias interessadas na sustentabilidade de seus próprios negócios podem contribuir decisivamente para a ampliação da segurança hídrica no país por meio do investimento na infraestrutura verde, como são conhecidas as soluções baseadas na própria natureza.

No Brasil, já fazem parte da Coalizão empresas globalmente reconhecidas, como Ambev, Coca-Cola FEMSA, Fundación Femsa e Klabin. Também apoiam a iniciativa Kimberly-Clark, Faber-Castell, Arcos Dourados/McDonald's, Unilever e Bank of America Merrill Lynch.

As empresas participantes contribuirão, durante os próximos cinco anos, com ações de gestão sustentável da água em suas cadeias de produção e com aportes para projetos de restauração e conservação florestal em áreas chave para a saúde dos mananciais.

Sobre a parceria – A parceria entre Fiep e TNC pretende materializar os objetivos da Coalizão na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Trabalhando conjuntamente, as duas instituições vão desenvolver projetos adaptados à realidade dos associados da Federação, com foco em superar riscos e vulnerabilidades inerentes à gestão dos recursos hídricos para o setor empresarial.

No cronograma de ações estão previstos um diagnóstico de setores industriais abrangidos e da amplitude de volume de sua produção de bens e produtos; a identificação de potenciais riscos em relação à segurança hídrica na RMC; a definição de metas e atividades a que promovam segurança hídrica a partir dos riscos identificados; e a definição e execução de medidas que as empresas afiliadas à Fiep possam adotar para expandir a segurança hídrica na região.

Paraná terá diagnóstico de inovação e sustentabilidade nas indústrias

07/06/2016 - Fonte: Agência Fiep

Indústrias do Paraná vão passar por levantamentos que prometem traçar diagnósticos de inovação e sustentabilidade. Os estudos, coordenados pelos Observatórios do Sistema Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), serão fundamentais para que as indústrias recebam orientações para melhorias nessas áreas. Além disso, as pesquisas contribuirão para que se conheça os caminhos que as empresas seguem nesses segmentos e como está a situação das indústrias.

Os Observatórios do Sistema Fiep irão disponibilizar, em seu site, ferramentas para a terceira edição da Bússola da Inovação e a primeira edição da Bússola da Sustentabilidade. São dois temas considerados estratégicos para a indústria do Paraná e de relevância para a melhoria na competitividade das empresas, conforme explica o coordenador Augusto Machado.

Desde 2013, nos levantamentos realizados sobre a inovação, 20 mil indústrias foram monitoradas e dois mil diagnósticos foram realizados. Representantes das indústrias respondem a um conjunto de perguntas e no final recebem o diagnóstico, que é imediato e gratuito. "O foco é buscar caminhos para aumentar a competitividade. Partimos da premissa que nossas indústrias são competitivas, mas que podem melhorar a partir da inovação e da sustentabilidade", explica.

As iniciativas começam nesta quarta-feira (1) e ficam disponíveis até o dia 31 de outubro de 2016. Nesse período, qualquer empresa poderá acessar as pesquisas nos sites www.bussoladainovacao.org.br e www.bussoladasustentabilidade.org.br. A participação é espontânea e o resultado direto.

Cerca de seis meses após o término do levantamento, os Observatórios reunirão todas as informações. "Nossa equipe de inteligência vai analisar os dados e fazer um relatório final, sobre cada um dos estudos.

Nosso objetivo é conhecer o status de inovação e sustentabilidade das empresas do Paraná", diz Machado. Por ser um procedimento espontâneo, o coordenador dos estudos espera que, em média, 700 empresas participem dos levantamentos.

Caminhões mantêm queda acima de 30%

07/06/2016 - Fonte: Automotive Business



A queda no segmento de caminhões persistiu no mês de maio, quando 4,1 mil unidades foram licenciadas, um total 3% menor que o de abril. No acumulado do ano, os 21,4 mil veículos emplacados registram recuo de 31,2% ante os mesmos meses de 2015. O segmento com maior retração, de 41,8%, é o de caminhões médios. Já os pesados, que fecharam 2015 com mais de 60% de retração, recuaram até maio 11,5%.

“Não há uma explicação muito lógica para isso. Em princípio estão caindo menos os segmentos que tiveram queda mais acentuada em 2015”, afirma Luiz Carlos Gomes de Moraes, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A persistência dos fracos números, com média inferior a 4,3 mil caminhões emplacados, levou a Anfavea a rever as projeções para 2016. A estimativa de 76,1 mil veículos pesados licenciados até o fim do ano (caminhões e ônibus) foi recalculada para 66 mil unidades. Assim, a previsão de queda ante 2015, que seria de 13,9%, se acentuou para 25,4%.

RITMO SEMELHANTE NAS FÁBRICAS

A produção de caminhões em maio somou 5,3 mil unidades e teve leve alta de 2,6% sobre abril. Os semipesados registraram a maior alta no mês, 16,3%, mas também acumulam a maior queda (48,6%) ante os mesmo cinco meses do ano passado.

A fabricação total de caminhões nos primeiros cinco meses registra 25,7 mil veículos e queda de 29,2%, pouco menor que a registrada no mercado interno. “O nível de ociosidade nas indústrias do setor continua acima de 70%”, afirma o presidente da Anfavea, Antonio Megale.

MERCADO EXTERNO

Em maio foram enviados 1.857 caminhões, 9,4% a mais que em abril, mas o total embarcado no acumulado do ano (7,6 mil unidades) resulta em queda de 6,7% ante os mesmos meses de 2015.

Anfavea informa que continua trabalhando com o governo a fim de abrir oportunidades em mais países, mas a entrada de um caminhão num novo mercado tem uma demora naturalmente maior.

“Não basta colocar o veículo à venda. É preciso ter toda a estrutura de aftermarket antes disso porque esses veículos vão cobrir uma grande extensão e não podem ficar parados, por exemplo, com uma carga perecível”, recorda Marco Saltini, também vice-presidente da associação dos fabricantes.

Os modelos pesados registraram o maior volume de embarques no acumulado do ano, 2,9 mil unidades, e tiveram pequena queda de 5,8% ante os mesmos meses do ano passado.

MOMENTO É PIOR PARA ÔNIBUS

O licenciamento de ônibus de janeiro a maio soma pouco mais de 4,7 mil unidades, o que resulta em queda de 42,8% ante o mesmo período de 2015. Os ônibus emplacados somente em maio, 1.065 unidades, registraram alta de 16,3% sobre abril, mas não animam a entidade: "Não parece um bom indicador. Provavelmente reflete a entrega de algum lote", afirma Moraes.

O baixo volume de compras e indefinições para a renovação da frota paulistana motivam o fraco desempenho do setor. A produção de ônibus de janeiro a maio somou 7,4 mil unidades e resultou em queda acentuada de 38,5% ante os mesmos meses do ano passado. Os modelos urbanos, que representam o maior volume no período (5,5 mil), também tiveram a queda mais acentuada, de 41,1%.

As exportações cresceram 11,1% ao somar até maio 2,9 mil unidades. Do total, 1,9 mil eram modelos urbanos, que anotaram alta de 47,6% sobre o mesmo período do ano passado. O crescimento dos embarques desse tipo de veículo deverá sustentar a pequena alta de 1% estimada pela Anfavea para o envio de veículos pesados ao exterior até o fim do ano.

Dólar volta a ficar abaixo de R\$ 3,50 com cenário externo, mas Bolsa recua

07/06/2016 - Fonte:Gazeta do Povo



A presidente do Fed, Janet Yellen, evitou dizer quando deverá ocorrer o aumento dos juros americanos em discurso nesta segunda-feira (6). Com isso, o dólar manteve sua trajetória de queda global, com os investidores avaliando que o aperto monetário nos EUA não ocorrerá logo por causa dos dados fracos de emprego nos EUA em maio.

O dólar comercial caiu mais de 1% ante o real e ficou abaixo de R\$ 3,50. O Ibovespa chegou a subir, mas inverteu o sinal e passou a recuar, pressionado principalmente pelos papéis do setor financeiro.

Os profissionais dizem ainda que novos sinais de instabilidade política reforçam o clima de cautela. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou ao STF (Supremo Tribunal Federal) que o ministro Henrique Eduardo Alves (Turismo) atuou para obter recursos desviados da Petrobras em troca de favores para a empreiteira OAS.

Além disso, o presidente da comissão especial do impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB), recuou da decisão de encurtar os prazos de trabalho do colegiado e decidiu manter os 15 dias inicialmente estabelecidos para que a acusação e a defesa da presidente afastada Dilma Rousseff apresentem suas alegações finais. Com isso, a votação final do impeachment deve acontecer apenas em agosto.

Câmbio e juros

O dólar comercial fechou em baixa de 1,02%, a R\$ 3,491. A moeda americana à vista fechou em baixa de 0,89%, a R\$ 3,501. No mercado de juros futuros, o contrato de DI para janeiro de 2017 ficou estável em 13,565%, mas o contrato de DI para janeiro de 2021 recuou de 12,400% para 12,310%.

A pesquisa semanal Focus, realizada pelo BC junto a economistas do mercado financeiro, apontou elevação nas expectativas de inflação neste ano, o que torna menos provável uma queda rápida da Selic.

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central anuncia nesta quarta-feira (8) o novo patamar da taxa básica de juros, a Selic. A expectativa unânime de analistas é de manutenção da taxa em 14,25% ao ano.

O CDS (credit default swap) brasileiro, espécie de seguro contra calote e indicador de percepção de risco, caía 2,28%, aos 331,571 pontos.

Bolsa

O Ibovespa fechou em baixa de 0,37%, aos 50.431 pontos. O giro financeiro foi de apenas R\$ 4,9 bilhões.

“A liquidez está muito estreita, e investidores aproveitaram para embolsar os lucros obtidos recentemente”, afirma Ari Santos, gerente de renda variável da corretora H.Commcor. O Ibovespa subiu nos três pregões anteriores.

No setor financeiro, Itaú Unibanco PN perdeu 0,97%; Bradesco PN, -0,58%; Banco do Brasil ON, -1,04%; Santander unit, -1,09%; e BM&FBovespa ON, -1,20%.

Operadores citam como um dos motivos para a queda dos papéis do setor financeiro a ação contra o Bradesco nos EUA depois do indiciamento do presidente da instituição, Luiz Carlos Trabuco, na Operação Zelotes.

As ações PN da Petrobras recuaram 1,28%, a R\$ 8,46, e as ON perderam 0,09%, a R\$ 10,80, apesar da forte alta do petróleo no mercado internacional.

Os papéis da Vale fecharam com ganho de 3,09%, a R\$ 13,01 (PNA), e de 4%, a R\$ 16,89 (ON), impulsionados pelo avanço do minério de ferro na China.

As ações ordinárias da Ser Educacional, que não fazem parte do Ibovespa, ganharam 1,06%, após a companhia propor a compra da Estácio Participações. A Kroton já havia manifestado a intenção de adquirir a Estácio. Kroton ON perdeu 2,16% e Estácio ON, +4,68%.

Exterior

A alta das commodities e a expectativa de manutenção dos juros americanos desvalorizam o dólar e impulsionam os mercados de ações internacionais.

Na Bolsa de Nova York, o índice S&P 500 fechou em alta de 0,49%; o Dow Jones, +0,64% e o Nasdaq, +0,53%.

A maioria das Bolsas na Europa também encerrou a sessão no campo positivo. Na Ásia, preocupações com a economia local fizeram os índices acionários chineses recuarem. No Japão, a bolsa de Tóquio também caiu.

Poupança tem saque de R\$ 6,592 bilhões em maio

07/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

O volume de recursos que os investidores sacaram da caderneta de poupança em maio, já descontadas as aplicações, foi de R\$ 6,592 bilhões. Segundo dados do Banco Central, a retirada é a maior em 21 anos para o mês - o pior resultado até então havia sido computado no ano passado, de R\$ 3,199 bilhões.

Com isso, o resultado de maio é o quinto pior da série histórica do BC iniciada em 1995. Em janeiro deste ano, os saques superaram os depósitos em R\$ 12,032 bilhões.

Em março de 2015, o saldo ficou negativo em R\$ 11,438 bilhões e em abril deste ano em R\$ 8,246 bilhões. Em fevereiro de 2016, as retiradas ficaram R\$ 6,639 bilhões maiores do que as captações.

De acordo com o BC, o total de aplicações no mês passado foi de R\$ 160,931 bilhões e o de saques, de R\$ 167,522 bilhões. O estoque desse investimento está em R\$ 637,865 bilhões, já considerando os rendimentos de R\$ 3,969 bilhões de maio. Mais uma vez, o patrimônio da caderneta recuou - a sétima queda consecutiva desde novembro de 2015.

O desempenho no mês passado só não foi pior porque no último dia útil de maio ingressaram R\$ 3,229 bilhões na caderneta. Até o dia 30, a conta estava negativa em R\$ 9,821 bilhões. Esse movimento de arrecadação nos últimos dias é tradicional e ocorre com aumento dos depósitos por causa de aplicações automáticas da conta corrente que alguns investidores já deixam programadas para ocorrer.

A contínua e acentuada deterioração da caderneta se dá por conta da piora do cenário econômico, com a alta da inflação e do aumento do desemprego. Além disso, outros investimentos se tornaram mais atrativos ao apresentarem rentabilidade maior.

A remuneração da poupança é formada por uma taxa fixa de 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) - esse cálculo vale para quando a taxa básica de juros (Selic) está acima de 8,5% ao ano e atualmente está em 14,25% ao ano.

No acumulado do ano, o saque na poupança chega a R\$ 38,888 bilhões - o maior para o período nos últimos 21 anos. Esse resultado é formado por depósitos de R\$ 780,592 bilhões e retiradas de R\$ 819,481 bilhões.

Tribunal de Contas julga diretores da Copel por prejuízo de R\$ 46,6 milhões

07/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE) vai julgar sete diretores da Copel por um prejuízo de R\$ 46,6 milhões que a empresa sofreu depois de atrasar, em março de 2015, o pagamento de dois tributos federais - o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O valor se refere à multa e aos juros aplicados pela Receita Federal quando aceitou parcelar o pagamento dos impostos, que somavam R\$ 204 milhões.

A Segunda Inspeção de Controle Externo do TCE, que tem como superintendente o conselheiro Artagão de Mattos Leão, pediu a responsabilização dos executivos pelo que chamou de dano financeiro.

OUTRO LADO

Em nota, a Copel informa que parcelou o valor dos tributos junto à Receita Federal há mais de um ano e "apenas aguarda a ratificação desta negociação pelo TCE".

"O parcelamento foi proposto em abril de 2015 por conta do cenário de incertezas na economia brasileira e no setor elétrico, além de outros fatos relevantes envolvendo o governo federal (como o atraso no pagamento à Copel de R\$ 220 milhões relativos à

indenização de ativos de transmissão, e a indecisão sobre o valor de liquidação do déficit hídrico a ser pago pelas geradoras)”, disse a empresa.

Se o pleno do Tribunal seguir a recomendação, os diretores terão de devolver os recursos à empresa, além de pagar multas administrativa e proporcional aos danos, entre 10% e 30% do valor do prejuízo – ou seja, entre R\$ 4,66 milhões e R\$ 13,98 milhões, aproximadamente.

Na comunicação de irregularidade, a Segunda Inspeção apontou como responsáveis pelo dano os seguintes executivos: Sérgio Luiz Lamy, diretor-presidente da Copel Geração e Transmissão; Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, diretor de Finanças; César Monteiro Pirajá Junior, diretor-adjunto; Luiz Fernando Leone Vianna, diretor-presidente da Copel Holding; Marcos Domakoski, diretor de Gestão Empresarial; Cristiano Hotz, diretor de Relações Institucionais; e Jonel Nazareno Iurk, diretor de Desenvolvimento de Negócios.

Com a comunicação de irregularidade, foi aberto um processo no TCE, que será relatado pelo conselheiro Durval Amaral. A questão passará pela Coordenadoria de Fiscalização Estadual, que pode corroborar ou não os apontamentos da inspeção. Em seguida, o processo receberá parecer do Ministério Público de Contas. Na sequência, a Copel fará sua defesa. Só então o caso será julgado em plenário.

Na Justiça

A decisão de não pagar o IRPJ e a CSLL relativos a 2014 na data do vencimento – dia 31 de março de 2015 – e em seguida solicitar o parcelamento à Receita Federal foi tomada pela diretoria da Copel Geração e Transmissão e depois confirmada pela diretoria da Copel Holding, em ambos os casos de forma unânime.

Em 1.º de abril de 2015, um dia após o vencimento, a companhia pediu o parcelamento do débito em 60 vezes. A Receita aceitou a solicitação, aplicando juros de R\$ 5,8 milhões e uma multa de quase R\$ 41 milhões, equivalente a 20% do valor dos impostos, porcentual máximo previsto em lei.

A Copel está pagando as prestações em dia, mas questiona na Justiça o tamanho da multa. Em outubro do ano passado, a 2.ª Vara Federal de Curitiba deu ganho de causa ao Fisco, mas a empresa recorreu. O processo agora corre no Tribunal Regional Federal da 4.ª Região.

No vermelho

Reportagem publicada pela Gazeta do Povo em março revelou que a Copel temia ficar sem dinheiro e, por isso, optou por parcelar os tributos.

A companhia calculava que, se pagasse os tributos no vencimento, terminaria o mês com um caixa livre negativo em R\$ 13 milhões. E provavelmente continuaria faltando dinheiro nos meses seguintes.

Vendas de importadores da Abeifa caem 44,5%

07/06/2016 - Fonte: Automotive Business

As 18 marcas associadas à Abeifa (Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores) continuam a registrar acentuada queda nas vendas de importados este ano.

Entre janeiro a maio foram emplacadas apenas 15.412 unidades, o que significou expressiva queda de 44,5% em relação aos 27.772 veículos comercializados nos primeiros cinco meses de 2015.

Isoladamente em maio, os importadores filiados à entidade venderam 2.696 automóveis e comerciais leves, em retração de 5,6% em relação a abril, mas na comparação com o mesmo mês de 2015 o desempenho negativo é de 44,2% (2.696 contra 4.828 veículos).

“Reconhecemos que o mercado interno de veículos está temporariamente em baixa, mas no caso dos veículos importados mais em razão do fato de que é impossível vender carros fora da cota estabelecida sem (a sobretaxação de) 30 pontos percentuais a mais no IPI, aliado ao dólar na casa de R\$ 3,60”, esclarece em nota José Luiz Gandini, presidente da Abeifa, que divulgou o desempenho dos associados na segunda-feira, 6.

“A diretoria da Abeifa espera que o governo federal reveja os 30 pontos percentuais, medida criada pela administração anterior sem qualquer critério e que contraria frontalmente as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Por isso reforçamos o nosso pleito de isonomia de tratamento ao nosso setor. Precisamos que medidas urgentes sejam tomadas para evitar a insustentabilidade dos negócios das importadoras e de suas redes de concessionárias”, enfatizou Gandini.

“Volto a insistir que o setor de importados não pode esperar até dezembro de 2017 o fim dos 30 pontos do IPI” – quando se encerra o programa Inovar-Auto, que desde 2012 estabeleceu a sobretaxação de IPI aos carros importados de fora dos países do Mercosul e México.

Para convencer o governo, a Abeifa vem procurando mostrar que a sobretaxação trouxe demissões e perda de arrecadação para o Fisco. Segundo a entidade, em 2011, ano em que foi instituída a cobrança dos 30 pontos percentuais no IPI que vigorou a partir de 2012, as associadas da Abeifa (então chamada de Abeiva) venderam 199 mil veículos no Brasil, com rede de 848 concessionárias autorizadas, 35 mil empregos e recolhimento de impostos da ordem de R\$ 6,5 bilhões.

Hoje as 18 afiliadas da associação têm 450 concessionárias (incluindo as que têm fábricas no País), que geram 13,5 mil empregos (incluindo as plantas de produção) e preveem o recolhimento de tributos na casa de R\$ 2,1 bilhões.

PRODUÇÃO LOCAL

As associadas da Abeifa que têm fábricas funcionando no País, BMW/Mini, Chery e Suzuki, fecharam maio com 1.231 unidades emplacadas, total que representou alta de 46,4% em relação ao mês anterior, mas queda de 65,7% se comparado com maio de 2015, quando foram emplacadas 3.594 unidades montadas localmente. No acumulado de 2016, as quatro afiliadas venderam 3.937 unidades nacionais, em queda de 47,8% ante os primeiros cinco meses do ano passado.

Com os totais somados – importados e produção nacional –, a participação das filiadas à Abeifa no mercado interno é de 2,42% no mês de maio e de 2,47% nos primeiros cinco meses do ano. Das 18 marcas associadas, apenas duas, Porsche e Jaguar, apresentaram alta nas vendas de janeiro a maio em comparação com o mesmo intervalo de 2015, todas as outras registraram desempenho negativo.

Seguro desemprego tem nova regra para análise de recursos

07/06/2016 - Fonte: Bem Paraná

O Ministério do Trabalho quer agilizar a análise de recursos de trabalhadores que tiveram o pedido de seguro desemprego negado. Na última quinta-feira (2), o ministério encaminhou às suas unidades e à Caixa novas orientações que podem beneficiar pessoas identificadas como sócias ou administradoras de empresas e que, por isso, tiveram o pedido indeferido.

As mudanças, entre elas a apresentação de provas documentais para análise dos recursos, começam a valer a partir desta segunda-feira (6), segundo o ministério. Nos casos em que a pessoa apareça nos sistemas do governo como sócio de empresa, será aceita a Certidão de Baixa de Inscrição no CNPJ, emitida gratuitamente no site da Receita Federal, como prova de que a empresa foi fechada.

"Confirmada a baixa da empresa, independente do ato ter ocorrido em momento posterior à demissão, o recurso será deferido, atendidos aos demais requisitos legais", diz o ministério em nota. Para trabalhadores que aparecem como sócios de empresa não baixada, mas que alegam ter saído da sociedade, será aceita certidão emitida pela junta comercial ou pelo cartório de registro civil na qual conste sua exclusão do quadro societário.

O mesmo documento vale para quem declara não receber renda, possuir participação ínfima nas contas ou nunca ter feito parte da companhia. Foram criados ainda critérios para ex-administradores, que não eram sócios de empresa, nos casos em que a falência da companhia foi decretada, mas ainda não tenha ocorrido baixa na Receita. "Comprovada a alegação e atendidos os requisitos legais, o recurso será deferido, independente da data do recurso ou da data de falência da entidade."

O ministério informou ainda que os recursos administrativos indeferidos poderão ser reanalisados mediante solicitação do recorrente, sem necessidade de cadastrar novo recurso. A iniciativa foi feita em conjunto com a Defensoria Pública da União, a CGU (Controladoria-Geral da União) e a AGU (Advocacia-Geral da União).

Cesta básica de Curitiba tem a segunda maior alta do País

07/06/2016 - Fonte: Bem Paraná

Em maio, houve elevação do custo do conjunto de alimentos básicos em 17 das 27 capitais brasileiras, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

As maiores altas ocorreram em Porto Alegre (3,87%), Curitiba (3,46%) e Brasília (3,25%) e as quedas mais expressivas foram verificadas em Florianópolis (-4,09%), Fortaleza (-2,60%) e Rio Branco (-2,49%).

São Paulo foi a capital que registrou o maior custo para a cesta básica (R\$ 449,70), seguida de Porto Alegre (R\$ 443,46) e Brasília (R\$ 441,60). Os menores valores médios foram observados em Rio Branco (R\$ 335,31), Natal (R\$ 337,49) e Aracaju (R\$ 344,83).

Entre janeiro e maio de 2016, todas as cidades acumularam alta, exceto Florianópolis (-0,81%). As maiores variações foram observadas em Goiânia (14,80%), Belém (14,50%), Aracaju (12,78%), Salvador (12,69%) e João Pessoa (11,29%). Os menores aumentos ocorreram em Campo Grande (3,39%), Porto Velho (3,84%) e Porto Alegre (4,49%).

Com base na cesta mais cara, que, em maio, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário.

Em maio de 2016, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.777,93, ou 4,29 vezes mais do que o mínimo de R\$ 880,00. Em abril, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 3.716,77, ou 4,22 vezes o piso vigente.

Em maio, houve elevação do custo do conjunto de alimentos básicos em 17 das 27 capitais brasileiras, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

As maiores altas ocorreram em Porto Alegre (3,87%), Curitiba (3,46%) e Brasília (3,25%) e as quedas mais expressivas foram verificadas em Florianópolis (-4,09%), Fortaleza (-2,60%) e Rio Branco (-2,49%).

São Paulo foi a capital que registrou o maior custo para a cesta básica (R\$ 449,70), seguida de Porto Alegre (R\$ 443,46) e Brasília (R\$ 441,60). Os menores valores médios foram observados em Rio Branco (R\$ 335,31), Natal (R\$ 337,49) e Aracaju (R\$ 344,83). Entre janeiro e maio de 2016, todas as cidades acumularam alta, exceto Florianópolis (-0,81%).

As maiores variações foram observadas em Goiânia (14,80%), Belém (14,50%), Aracaju (12,78%), Salvador (12,69%) e João Pessoa (11,29%). Os menores aumentos ocorreram em Campo Grande (3,39%), Porto Velho (3,84%) e Porto Alegre (4,49%).

Com base na cesta mais cara, que, em maio, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário.

Em maio de 2016, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.777,93, ou 4,29 vezes mais do que o mínimo de R\$ 880,00. Em abril, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 3.716,77, ou 4,22 vezes o piso vigente.

Novas regras para o Supersimples devem ser discutidas com governadores

07/06/2016 - Fonte: R7

Está agendada para a próxima quarta-feira (8) a reunião do presidente do Senado, Renan Calheiros, com os governadores para elaboração de uma pauta de votações que ajudem os estados a saírem da crise financeira.

Uma das propostas a ser discutida no encontro é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 125/2015, que aumenta os valores dos limites de enquadramento no Simples Nacional. A proposta está pronta para ser votada no Plenário e faz parte da lista de projetos do Pacto Federativo.

A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) é a autora do substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que traz mudanças no texto original do ex-deputado Barbosa Neto. Essas mudanças vão ser discutidas na reunião com os governadores, mas, para ela, o novo texto está "redondo".

— A grande queixa era de que eles [os empresários] teriam perda de receita, mas, no novo projeto, eles não têm perda, eles têm ganho de receita. Quem vai ter uma pequena perda é a União.

Nós conseguimos menos impostos, um belo parcelamento, e acredito que vamos ter possibilidade forte de aprovação. São os pequenos e os médios [empresários] que tocam esse país, 90% dos empregos vêm deles, nós temos de ajudá-los porque são eles que possibilitam a mudança — declarou a senadora.

Entre as mudanças estão a elevação de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões do teto da empresa de pequeno porte (EPP) a ser incluída no programa (o teto anterior era de R\$ 14,4 milhões). A senadora reconhece que o novo teto ficou "aquém" do que o proposto inicialmente, mas considerou que a situação econômica do país se deteriorou, o que exigiu adaptações também nas propostas legislativas.

O substitutivo passou também a prever o pagamento do ICMS e do ISS por fora da guia do Simples Nacional na parte da receita bruta anual que exceder R\$ 3,6 milhões. Esses impostos são, respectivamente, de competência de estados e municípios.

Microempreendedor Individual

O projeto também eleva o limite de receita bruta anual para o enquadramento como microempreendedor individual (MEI), que deverá passar dos atuais R\$ 60 mil para R\$ 72 mil. Além disso, permite a adesão ao Simples do empreendedor do meio rural com receita bruta de até R\$ 72 mil. Outra mudança beneficia microcervejarias, vinícolas, produtores de licores e destilarias, que poderão aderir ao Simples Nacional.

A senadora Marta Suplicy ressaltou na proposta o mecanismo que assegura progressividade aos tributos pagos por meio do Simples Nacional. Trata-se de uma tabela de parcelas a deduzir, semelhante à aplicada no cálculo do Imposto de Renda. O objetivo é suavizar a passagem de uma faixa para outra, sem elevação brusca da carga tributária e estimular o crescimento das empresas.

— Conseguimos fazer alíquotas menores, mais suaves, e uma faixa de transição para o lucro presumido. Agora, quando o limite for para R\$ 4,6 milhões, ao chegar ao faturamento de R\$ 4,5 milhões, o empreendedor já estará pagando quase a mesma coisa que no lucro presumido, ou seja, ele será empurrado automaticamente para o lucro presumido — explicou.

A maior parte das regras só valerá a partir de 1º de janeiro de 2017, mas o prazo do chamado "Refis do Simples", que permitirá que os micro e pequenos empresários parem débitos tributários em até 120 meses (atualmente o prazo é de apenas 60 meses), poderá entrar em vigor já a partir de 2016. E a fiscalização, que hoje é punitiva, passará a ser orientadora.

Marta destacou ainda que a perda para a União ficará em torno de R\$ 1,6 bilhão, mas os estados terão impacto positivo nos orçamentos com um acréscimo de R\$ 105 milhões com ICMS e de R\$ 54 milhões com ISS.

Média diária de exportações cai 13,9% na primeira semana de junho

07/06/2016 - Fonte: EM.com

A primeira semana de junho foi marcada pela redução nas exportações de produtos básicos e manufaturados, de acordo com informações da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços. A queda das importações, porém, foi mais intensa e permitiu a continuidade do superávit da balança.

Considerando a média diária da primeira semana de junho, as exportações caíram 13,9% em relação ao mesmo período do ano passado, para US\$ 804,6 milhões. As vendas externas de produtos básicos diminuíram 18,7%, para US\$ 369,1 milhões, puxadas por petróleo em bruto, café em grão, minério de ferro, farelo de soja, soja em grãos, fumo em folhas e carne de frango.

As exportações de produtos manufaturados também sofreram redução, de 12,9% em relação à média diária da primeira semana de junho de 2015, para US\$ 305,6 milhões. O desempenho foi influenciado por motores para automóveis, autopeças,

torneiras/válvulas, bombas, compressores e partes, máquinas e aparelhos para terraplenagem, motores e geradores elétricos.

O único grupo que registrou aumento de vendas externas foi o de semimanufaturados, com alta de 5,1%, para US\$ 112,5 milhões, com destaque para celulose, madeira serrada ou fendida, óleo de soja em bruto, açúcar em bruto e semimanufaturados de ferro/aço.

Na comparação com maio deste ano, as exportações caíram 3,8%. As vendas externas de produtos básicos caíram 6,6%; as de manufaturados diminuíram 3,4%; já os semimanufaturados registraram alta de 3,8%.

Quanto às importações, a média diária caiu 25,8% na primeira semana de junho, para US\$ 533,5 milhões. A maior queda foi verificada em combustíveis e lubrificantes, de 72,7%, seguida por siderúrgicos (-47,2%), automóveis e partes (-44,7%), instrumentos médicos de ótica/precisão (-24,8%) e plástico e obras (-16,1%). Em relação a maio, a média diária de importações aumentou 0,6%.

Anfavea prevê que Moderfrota terá boa demanda com alta do preço das commodities

07/06/2016 - Fonte:EM.com

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, disse nesta segunda-feira, 6, que, com o aumento dos preços das commodities, a expectativa é de que haja uma "boa demanda" por recursos da linha de financiamento do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo ele, o governo já informou o setor que as montadoras podem fazer seus pedidos de recursos a partir desta terça-feira, 7. Os recursos disponíveis para a linha, estimados em torno de R\$ 5 bilhões, começariam a ser aplicados a partir de 1º de julho, quando começa o ano-safra 2016/17, pelo período de um ano.

Pela manhã, a Anfavea divulgou que as vendas internas de máquinas agrícolas e rodoviárias no atacado atingiram 3.444 unidades em maio, queda de 16,9% na comparação com igual mês do ano passado, mas crescimento de 19,3% ante abril. No acumulado do ano, a queda é de 36% ante igual período de 2015.

A produção de máquinas agrícolas e rodoviárias, por sua vez, chegou a 3.974 unidades em maio, queda de 31,6% em comparação com igual mês do ano passado, mas avanço de 3,4% em relação a abril. No acumulado do ano, a queda é de 43,5%.

Desoneração

Megale afirmou também que não pretende pedir desonerações de impostos ao novo governo, mas sim uma maior previsibilidade para os negócios das empresas, citando como exemplo a estabilidade das regras estabelecidas para as linhas de financiamento voltadas a máquinas agrícolas e caminhões.

A primeira conversa da associação com o governo deve ocorrer nesta semana, na terça-feira, 7, ou quarta-feira, 8, disse Megale. Segundo ele, o principal objetivo do encontro é apresentar o cenário atual do setor ao novo ministro da Indústria, do Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira. Sobre algum possível pedido de incentivo fiscal, Megale reforçou que "não há nenhuma demanda nesse sentido".

Além disso, Megale disse que a Anfavea estará presente na próxima reunião do governo brasileiro com o governo argentino para discutir a renovação do atual acordo automotivo entre os dois países. O encontro está marcado para os próximos dias 9 e

10 de junho e a expectativa da Anfavea é que, pelo menos desta vez, o acordo possa ser renovado por um período maior, de pelo menos dois anos, demanda que também tem o apoio das montadoras instaladas na Argentina. As últimas renovações foram feitas por somente um ano.

Nenhuma reunião, porém, foi marcada com o presidente em exercício, Michel Temer. "Mas o pedido já foi feito, estamos esperando a agenda dele ficar mais folgada", afirmou o presidente da Anfavea.

Megale afirmou que o governo de Michel Temer tem demonstrado comprometimento em realizar "correções" na economia brasileira. "Mas é prematuro para fazer uma avaliação", disse o empresário. "O que espero é que haja uma estabilidade da equipe econômica", acrescentou, negando em seguida que a possível volta de Dilma Rousseff ao comando do governo seja algo necessariamente ruim para o setor.

Preços do aço e do minério de ferro ampliam ganhos na China

07/06/2016 - Fonte: Jornal Extra/Globo

Os contratos futuros do aço negociados em Xangai ampliaram ganhos para atingir máximas de três semanas nesta terça-feira, em meio a mais restrições na produção em importante cidade produtora chinesa, enquanto os preços do minério de ferro subiram com usinas reconstruindo estoques antes de um feriado ao final da semana.

A cidade de Tangshan, líder na produção de aço da China, determinou que usinas locais e próximas reduzam a produção entre 14 e 21 de junho para aliviar a poluição, em medida semelhante à adotada em maio.

A determinação reforça a esperança de que a oferta de aço fique mais apertada em momento de baixa demanda, disse o analista Richard Lu, da consultoria CRU em Pequim. Mas ele disse que a alta de preços deve ser momentânea.

Os futuros do vergalhão de aço subiram para 2.103 iuanes (320 dólares) a tonelada em Xangai, seu mais alto nível desde 18 de maio, antes de fechar a 2.077 iuanes, uma alta de 2,3 por cento.

O minério de ferro na bolsa de Dalian fechou em alta de 3,5 por cento, para 369,50 iuanes por tonelada, após um pico de 374,50 iuanes mais cedo, o maior nível desde 23 de maio.

No mercado físico, o minério de ferro para entrega imediata no porto de Tianjin subiu 1,7 dólar nesta terça-feira, para 52,30 dólares a tonelada, de acordo com o The Steel Index.

Montadoras continuam vendendo airbags defeituosos, diz relatório

07/06/2016 - Fonte: Jornal Extra/Globo



Montadoras continuam vendendo carros equipados com airbags da Takata que são considerados defeituosos e terão de ser trocados no máximo daqui a 3 anos, aponta o relatório de um senador americano sobre o caso dos "airbags mortais".

O democrata Bill Nelson, do Comitê de Comércio, Ciência e Transporte do Senado americano, divulgou na última quarta-feira (1º) um extenso estudo sobre o problema da fabricante japonesa que resultou no maior recall da história, atingindo dezenas de milhões de veículos em todo o mundo, inclusive no Brasil.

No relatório, Nelson diz que carros novos ainda estão sendo equipados com airbags feitos pela Takata e contendo nitrato de amônio, o que não é proibido, mas é considerado uma "solução temporária", pois terão de ser substituídos mais para frente.

O defeito

O nitrato de amônio é uma substância usada pela Takata para inflar os airbags. Ela é apontada como uma das possíveis contribuintes para o caso dos "airbags mortais".

A falha faz com que as bolsas sofram forte explosão, lançando pedaços de metal contra os ocupantes dos carros. Até o mês passado, havia 13 mortes relacionadas ao caso, 11 nos EUA e 1 na Malásia, e relatos de mais de 100 feridos.

Desde que veio a público, em 2013, até hoje, o motivo da falha nos airbags da Takata não foi explicado completamente.

Em fevereiro último, cientistas da empresa aeroespacial Orbital ATK contratados por um grupo de 10 montadoras afirmaram que a falha ocorria por uma combinação de fatores. Segundo eles, os airbags da Takata não possuem uma substância capaz de reduzir a umidade, que contamina o nitrato de amônio.

O nitrato, por si só, é relativamente pouco explosivo. Ele se apresenta como um pó branco e é seguro, desde que não aquecido. A partir de 210 °C, decompõe-se e, se a temperatura aumentar para além de 290 °C, a reação pode tornar-se explosiva.

O risco é maior após longa exposição do carro ao calor ou a ambientes úmidos. Além disso, a montagem do dispositivo da Takata permite que a umidade penetre no airbag e corrompa partes metálicas, que se quebram na explosão, rompem a bolsa e atingem os ocupantes. Lesões observadas em uma vítima nos EUA foram comparadas a facadas.

Baixa adesão aos recalls

De 2013 até maio último, cerca de 30 milhões de veículos de diversas marcas equipados com esses airbags foram convocados a voltar às concessionárias para trocar o equipamento. Somente no Brasil foram mais de 1 milhão.

O senador Nelson aponta 2 problemas relacionados aos recalls desses equipamentos nos EUA. O primeiro é o baixo índice de comparecimento. Segundo o relatório, em março último, esse percentual no país variava entre 0% e 39,5%. É bem abaixo da média de atendimento a recalls nos EUA, também considerada uma média mundial, de 65%.

A dificuldade maior está nos veículos antigos, por falta de dados atualizados do dono, para comunicá-lo do recall, motivo apontado por montadoras também no Brasil para baixos índices de adesão nos chamados feitos no país em 2015.



Airbag defeituoso à venda

A segunda questão é que os airbags que foram substituídos deram lugar, em sua maioria, a outros da Takata que também contêm nitrato de amônio. "Até então, aproximadamente 4,6 milhões de airbags foram trocados por outros desse tipo (nos EUA). Ou seja, terão de ser trocados no futuro", detalha Nelson.

Parte desse montante - 2,1 milhões - usam nitrato de amônio não-desidratado, considerado pela agência de segurança de transporte dos EUA (NHTSA) menos perigosos do que infladores mais antigos porque estiveram menos tempo expostos a umidade.

No entanto, a NHTSA chama esse tipo de airbag de "solução temporária". No último dia 4 de maio, a agência obrigou a Takata a considerar todos os airbags frontais com nitrato de amônio não-desidratado como defeituosos. Assim, o número de veículos envolvidos aumentou em 40 milhões, ou 1 a cada 4 carros que circulam atualmente nos EUA.

Essa segunda parcela terá os chamados iniciados em 2018 e a substituição deve ser feita até o fim de 2019. Mas o relatório diz que, mesmo sabendo da medida, há 4 montadoras que continuam vendendo ou têm planos de vender carros com airbags desse tipo, que terão de ser substituídos até daqui a 3 anos.

O senador explica que ao menos 10 montadoras estão negociando airbags com outros fornecedores ou têm planos de fazê-lo; 2 disseram que não manterão a Takata como fornecedora.

HSBC reestrutura banco de investimento para cortar custos

07/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O banco britânico HSBC detalhou a nova estrutura seu banco de investimento para aumentar o escopo do negócio e abranger seus maiores clientes corporativos, quatro meses após contratar Matthew Westerman do banco Goldman Sachs para conduzir o processo.

A instituição financeira criou um grupo para combinar suas unidades de empréstimo e transações, que reúne as atividades corporativas, financeiras e multinacionais e será controlado por Phillippe Henry. O documento divulgado a funcionários nesta segunda-feira (6) descrevendo as mudanças foi obtido pela Bloomberg.

O banco de investimento também iniciou uma joint venture estruturada com a divisão comercial, que será controlada por Kevin Godfrey.

O diretor executivo de mercados e bancos globais Samir Assaf reorganizou o negócio diante da pressão por corte de custos e ganho de mais taxas sobre os principais clientes. Alguns executivos sênior deixaram a empresa recentemente enquanto o HSBC elimina funções duplas criadas com a junção das operações de consultoria e financiamento de capital, disse uma fonte próxima ao assunto.

"O ambiente ao nosso redor está mudando, e devemos nos adaptar", disseram Westerman e Robin Philipps, que controlam o banco, no comunicado.

A nova estrutura vai "apoiar nossa ambição de nos tornar um parceiro bancário estratégico consistente a nossos clientes" e "melhorar os retornos aos nossos acionistas ao aprimorar a rentabilidade e gerar eficiência".

Turbulência nos mercados

O HSBC encolheu 17% este ano em meio a preocupações sobre a perspectiva de receita diante da desaceleração do crescimento na Ásia, custos com crimes antifinanceiros e incertezas sobre exigências de capital.

O diretor executivo Stuart Gulliver fechou cerca de 80 unidades pelo mundo e saiu de países menos lucrativos enquanto busca garantir aos investidores que consegue aumentar os retornos e guiar o banco em momento de turbulência nos mercados.

Lei obriga bancos a emitir recibo de quitação de débitos em 10 dias úteis

07/06/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

O presidente em exercício, Michel Temer, sancionou com um veto lei que obriga os bancos a emitir recibo de quitação de dívidas no prazo de dez dias úteis. A lei está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 7, e começa a valer em 90 dias.

"As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, são obrigadas a emitir recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza, quando requerido pelo interessado, no prazo de dez dias úteis, contado da comprovação de liquidação integral do débito, por meios próprios ou por demonstração efetuada pelo interessado", diz a lei.

A regra não se aplica às hipóteses em que a lei determine procedimentos e prazos específicos, devendo a instituição financeira esclarecer essas situações excepcionais no documento ou protocolo que fornecer em resposta ao requerimento do interessado.

No caso de contratos de financiamento imobiliário, a instituição financeira fornecerá o termo de quitação no prazo de 30 dias a contar da data de liquidação da dívida.

Temer rejeitou do texto aprovado pelo Congresso a aplicação de penalidades previstas na Lei 4.595/1964 aos bancos que descumprirem a determinação da nova lei. Nas razões do veto, o presidente em exercício sustenta que a obrigatoriedade estabelecida insere-se no âmbito das relações consumeristas, o que garante a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e suas Sanções, não sendo, portanto, adequado impor aos bancos as punições da Lei 4.595/1964, que trata das questões de organização e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

Empresas investem mais em mineração

07/06/2016 - Fonte: Inda

O potencial de crescimento futuro do mercado brasileiro, principalmente nos pedidos do setor elétrico, alimentos e bebidas e da indústria automotiva, tem impulsionado uma série de investimentos em vários elos da cadeia de alumínio.

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) deverá investir nesse ano R\$ 175 milhões, sendo que R\$ 90 milhões serão direcionados aos elos iniciais da cadeia, como mineração de bauxita, alumina e alumínio primário, outros R\$ 55 milhões à aquisição e fabricação de transformados de alumínio e R\$ 30 milhões na área de energia elétrica.

A empresa passa por um reforço de seu modelo de negócios, com a reorganização da estratégia em alumínio, para ganhar mais espaço no mercado.

"Queremos dar ainda mais clareza à nossa estratégia, com definição dos mercados prioritários como embalagens e transportes e de clientes estratégicos em construção

civil e bens de consumo. A ideia é investir forte em não mais vender produtos, mas fornecer soluções e serviços para nossos clientes", afirma o presidente, Ricardo Carvalho.

Nesse contexto, a empresa tem firmado mais parcerias com os clientes e investido mais em pesquisa e desenvolvimento. Algumas inovações recentes foram desenvolvidas em implementos rodoviários mais leves, aumentando a carga útil dos produtos transportado e uso de alumínio de alta resistência para peças de automóveis, para maior absorção de impactos e redução de peso, e kits para painéis fotovoltaicos, com solução pronta para montagem.

O projeto Alumina Rondon, no Pará, cujo investimento total é estimado em R\$ 6,6 bilhões, continua na carteira da fabricante de alumínio. Recentemente, foram feitas novas visitas a empresas no exterior que poderiam desenvolvê-lo em conjunto. "O projeto é flexível, podendo ser de alumina ou bauxita ou os dois, estamos aguardando as respostas dos investidores depois das visitas", aponta Carvalho.

A intenção é de que a CBA seja acionista minoritária, tendo menos de 30% de participação no investimento, que poderia contar com um ou mais acionistas majoritários. A discussão do Código Mineral é uma incerteza que pode pesar sobre a atração dos investidores. "É uma indefinição, seria melhor se isso já estivesse decidido."

A Novelis concluiu em 2014 investimento de US\$ 450 milhões em Pindamonhangaba (SP), pelo qual elevou em 50% a sua capacidade de laminados para mais de 600 mil toneladas, dobrou sua capacidade de reciclagem de latas, de 200 mil toneladas para 400 mil toneladas, e ainda aplicou recursos em uma linha de envernizamento para tampas de latas de bebidas.

"O potencial do mercado brasileiro ainda é muito alto nos próximos anos, com um consumo per capita ainda baixo", diz o presidente da Novelis América do Sul, Tadeu Nardocci. A empresa está de olho em nichos ainda pouco explorados no Brasil, como o mercado de arquitetura. Na Europa e nos EUA, o alumínio é muito usado como revestimento em prédios, como forma de reduzir o consumo de energia.

O setor elétrico tem impulsionado os pedidos da Alubar, que fabrica fios e cabos de alumínio. A empresa busca diversificar sua receita com investimentos na área de cobre, que poderá representar 60% da receita total em cinco anos. Em 2014, a empresa concluiu investimento de US\$ 25 milhões na ampliação de sua capacidade, que pulou de 30 mil toneladas anuais para 50 mil toneladas em alumínio.

"As perspectivas são positivas no setor de transmissão e há otimismo em relação à área de distribuição, com as concessionárias tendo de investir para melhorar seus serviços", ressalta o diretor executivo da Alubar, Ricardo Figueiredo.

A Hydro do Brasil, que congrega a Mineração Paragominas, a Alunorte e a Albras, está tocando projetos no Pará. No ano passado, em contrapartida pela extensão por 15 anos de benefícios fiscais concedidos pelo governo paraense, a empresa se comprometeu a investir no Estado para adensar a cadeia produtiva e ampliar a geração de valor local.

Um projeto se refere a investir em equipamentos para produzir, a partir do fim desse ano, 40 mil toneladas de alumínio de uma liga especial com o intuito de atrair empresas para produzir rodas, peças e outros componentes automotivos. "O início da produção depende do interesse de empresas em adquirir a liga especial", destaca Anderson Baranov, diretor de relações governamentais e comunicação da empresa.

No acordo assinado, ainda está prevista a ampliação da mina de bauxita de Paragominas. "Existe um processo de aumento da produção da mina, que já foi

iniciado no ano passado. O ritmo de produção será aumentado na proporção da necessidade da bauxita para a Hydro Alunorte e hoje já estamos neste caminho. Atualmente, a capacidade anual das instalações da mina de bauxita da Hydro é de 9,9 milhões de toneladas de bauxita desaguada, mas com melhorias tecnológicas e de processo, conseguimos alcançar uma produção superior à capacidade nominal."

O aumento da reciclagem tem também feito empresas investirem em outros elos da cadeia, para diversificar receitas e ampliar a geração de valor. A ReciclaBR iniciou a construção de uma nova planta de reciclagem e beneficiamento de alumínio na cidade de Paranaíba, em Mato Grosso do Sul, que ficará pronta em 2017.

Haverá ainda, este ano, a incorporação das empresas Lotus Metal, distribuidora de produtos semi-acabados de alumínio, cobre, latão, bronze e estanho, e da Steeltech, fabricante de perfis extrudados de alumínio, dando continuidade ao objetivo de diversificar e atuar em outros segmentos.

Em janeiro, foi aberto mais um centro de coleta, em Cachoeirinha (RS), escolhida devido ao potencial para a captação de materiais recicláveis e por sua proximidade a Porto Alegre. O novo centro tem capacidade de receber até 500 toneladas de alumínio para reciclagem ao mês.

Exportações de bauxita e alumina garantem superávit

07/06/2016 - Fonte: Inda

Com recorde de produção de bauxita no ano passado, um total de 37,1 milhões de toneladas, 2% acima de 2014, as mineradoras do produto e as refinarias de alumina têm ampliado seu faturamento com as vendas externas, enfrentado a queda dos preços, enquanto aguardam a recuperação da atividade industrial brasileira, sem novos projetos de investimento à vista no curto prazo.

Bauxita e alumina geraram respectivamente receitas de US\$ 267 milhões e US\$ 2,5 bilhões em exportações em 2015, proporcionando um superávit total de US\$ 2,17 bilhões na balança do setor o último ano.

Ao contrário: alguns players decidiram liquidar os ativos ligados à bauxita e alumina no país, caso da Vale e da Novelis. No momento, a ex-estatal procura interessados na fatia de 40% na Mineração Rio do Norte (MRN), a maior produtora de bauxita do país, com atividades em Oriximiná, oeste do Pará.

Controlada pela Vale, a MRN é uma sociedade de grandes consumidores e mineradoras, que possuem participações minoritárias: a norueguesa Norsk Hydro, que possui 5% e chegou a negociar a fatia da Vale, a americana Alcoa (quase 20%), a brasileira Votorantim Metais (10%), a anglo-australiana Rio Tinto (12%) e a australiana South32 Minerals (14,8%).

Com vários investimentos em extração de bauxita, a Norsk Hydro possui cerca de 5 mil colaboradores, incluídos os contratos de prestadores de serviços. Também controla a Alunorte, a maior refinaria de alumina do mundo.

No curto prazo, a crise política e econômica tem resultado na queda das vendas no mercado interno, historicamente o mais relevante para o segmento. Mas a expectativa de médio prazo segue positiva devido a fatores estruturais.

"A utilização do alumínio vem crescendo no mundo a uma taxa de 4% a 5% ao ano, substituindo outros materiais, o que também tem ocorrido no Brasil. Estamos sendo afetados pela crise atual, mas acreditamos que seja conjuntural", diz Alberto Fabrini, vice-presidente de bauxita e alumina da Norsk Hydro.

O alumínio, segundo o executivo, tem vantagem competitiva por ser resistente e mais leve, ou seja, permite um consumo menor de combustíveis, no caso dos motores, por exemplo. Por isso sua utilização crescente na indústria de transporte, incluídos aviões e trens de alta performance. E cada vez mais no segmento de embalagens.

"A China tem uma demanda alta e tem produção também, mas a qualidade da bauxita extraída na China é inferior à brasileira. E houve problemas de fornecimento tanto na Indonésia como na Malásia. Mesmo com os estoques, a China precisou ir ao mercado, o que chegou a afetar os preços. Mas agora os preços voltaram a níveis mais estáveis", diz Fabrini.

O maior problema é a produção nacional de alumínio, que caiu de um patamar de 1,4 milhão de toneladas para cerca de 800 mil toneladas ao ano. "Antes abastecíamos o mercado externo, mas o Brasil passou a importar, principalmente por causa do problema energético, já que 45% do custo é energia.

Precisamos ter volume e garantia de oferta e preço de longo prazo, não podemos entrar no mercado spot de energia", diz o executivo. "Precisamos de uma boa regulação para investir, com um ambiente com regulamentações concretas que se saiba para onde vai, a começar pelo novo código de mineração", diz Fabrini.

Diretor-executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rego confirma que o mercado é orientado pela demanda chinesa, resultando no fechamento de plantas mundo afora, incapazes de competir com os custos chineses.

"Os chineses representam mais da metade da produção e do consumo. Não é o principal destino da bauxita brasileira, mas a China pauta o crescimento do setor", diz Rego. EUA, primeiro colocado nas exportações brasileiras, e Canadá, em segundo, aparecem à frente da China no ranking de países compradores.

Segundo estimativa da Abal, quatro ou cinco toneladas de bauxita, conforme o grau de pureza, produzem cerca de duas toneladas de alumina, as quais por sua vez resultarão em uma tonelada de alumínio primário. Na pauta de exportações, enquanto o país comercializa cerca de 8,5 milhões de toneladas de alumina, as vendas externas de alumínio, de maior valor agregado por tonelada, são em volume muito menores, cerca de 800 mil toneladas ao ano.

"A China e outros consumidores têm buscado produtos de boa governança. A Malásia, por exemplo, chegou a produzir em um ano 17 milhões de toneladas de bauxita, mas com práticas muito ruins e grandes problemas ambientais. As práticas brasileiras são equiparáveis às australianas e canadenses", diz Rego.

O executivo da Abal chama atenção para o fato de os fretes terem caído ao longo do ano passado, o que faz diferença para quem deseja vender na Ásia. "A mudança no câmbio também ajuda", avalia.